

# **SELEÇÃO PÚBLICA DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DESTINADA À FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA PARA O PROVIMENTO DE VAGAS DE ESTÁGIO DE PÓS-GRADUAÇÃO QUE VIEREM A SURTIR NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE CAMPOS ALTOS/MG**

**EDITAL N° 01/2015**

## **CADERNO DE PROVA**

### **LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO:**

- 1- Ao receber este caderno de prova, deverá o candidato verificar se ele contém 75 (setenta e cinco) questões. Caso o caderno esteja incompleto ou defeituoso, deverá solicitar ao fiscal de prova que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2- Para cada uma das questões há uma única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as marcações, deverá o candidato usar a folha de respostas, único documento válido para a correção da prova.
- 3- A nota para cada questão da prova objetiva seletiva, feita com base nas marcações da folha de respostas, será igual a: 1 (um) ponto, caso a resposta do candidato esteja em concordância com o gabarito oficial definitivo da prova; 0 (zero) ponto, caso a resposta do candidato esteja em discordância com o gabarito oficial definitivo da prova, haja mais de uma marcação ou não haja marcação.
- 4- Na duração da prova (4 horas), está incluído o tempo destinado ao preenchimento da folha de respostas.
- 5- Na realização da prova, não será admitida a consulta a qualquer material nem a comunicação entre candidatos, sendo também vedada a utilização de aparelhos eletrônicos (beep, telefone celular, walkman, agenda eletrônica, palmtop, notebook, receptor, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro, relógio do tipo databank, gravador, pager etc.).
- 6- O candidato somente poderá levantar-se e deixar a sala mediante consentimento prévio, sob a fiscalização da equipe de aplicação de provas.
- 7- O candidato deverá permanecer obrigatoriamente no local de realização da prova por, no mínimo, 1 (uma) hora após seu início.
- 8- O candidato poderá levar consigo este caderno de provas desde que transcorridas 2 (duas) horas do tempo de realização da prova.
- 9- Ao terminar a prova, deverá o candidato chamar o fiscal de prova, entregar-lhe a sua folha de respostas e deixar o local de prova.
- 10- A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou na folha de respostas poderá implicar a eliminação do candidato.

## LÍNGUA PORTUGUESA

**Leia com atenção o texto abaixo e responda às questões seguintes, de 01 a 03.**

*Por Luís Francisco Carvalho Filho - Colunista da Folha de São Paulo - Fonte: Folha de São Paulo (<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/08/1667554-opiniao-recurso-e-desperdicado-com-repressao-inutil-a-usuarios-de-drogas.shtml>), publicação em 12/08/2015.*

Punir usuários de droga não tem lógica. Lotar as penitenciárias de traficantes é estupidez.

O Supremo Tribunal Federal começa a decidir nesta quinta-feira (13) se é constitucional o artigo 28 da lei 11.343/06. O regime atual não prevê prisão para usuários. É uma inegável evolução legislativa (entre tantos anônimos, Rita Lee e Gilberto Gil foram presos sem justa causa pelo consumo de maconha), mas os pressupostos permanecem falsos.

Hoje, o usuário surpreendido pela polícia com qualquer substância para uso próprio é punido com "advertência sobre os efeitos da droga", prestação de serviços à comunidade ou "medida educativa".

Caso se recuse a cumprir a sentença condenatória, é submetido à "admoestação verbal" e, depois, ao pagamento de multa.

A repressão não assusta, o pito do juiz não serve para nada, mas gera preconceitos e prejudica a vida da pessoa.

A Defensoria Pública ingressou com recurso extraordinário contra a condenação de um réu em Diadema a dois meses de prestação de serviços. Sustenta que a pena criminal viola os princípios constitucionais da intimidade e da vida privada.

O usuário não pratica em tese um ato merecedor de punição. O consumo não causa dano a terceiros e, se é lesivo à própria saúde, não afeta a saúde pública.

O STF pode eliminar a punição dos usuários da legislação brasileira, o que teria efeito simbólico importante para a consolidação de um novo pensamento, ou, diante dos "flagelos" da droga e do crime organizado, deixar tudo como está ou inventar uma solução salomônica que mantenha o dispositivo legal em vigor mitigando suas consequências.

A lei atual erra a mão quando cuida do traficante. Pune com seis meses a um ano de prisão quem fornece droga gratuitamente para pessoa de seu relacionamento para consumirem juntos. Estabelece reclusão de 5 a 15 anos para pequenos fornecedores.

O resultado desta política agressiva, inspirada na guerra contra as drogas liderada pelos Estados Unidos, aplicada a ferro e fogo por juízes reacionários e insensíveis, é o vertiginoso crescimento da população carcerária no Brasil.

Desde 2006, o número de presos por tráfico aumentou 339%. São mais de 145 mil detentos (incluídos os por tráfico internacional), grande parte formada por jovens entre 18 e 24 anos, surpreendidos com pequenas quantidades. Cerca de 63% das mulheres encarceradas são traficantes.

Com a despenalização das drogas (mantidas evidentemente condutas capazes de gerar perigo: pune-se, por exemplo, o ato de dirigir sob os efeitos do álcool), recursos desperdiçados com estruturas burocráticas viciadas e ineficazes, com repressão e encarceramentos inúteis, poderiam ser investidos na prevenção do abuso e no tratamento dos que efetivamente necessitam. O Supremo pode dar um passo na direção certa.

**QUESTÃO 01 - O objetivo principal do autor do texto é:**

- a) criticar a atual legislação penal relativa ao usuário e ao traficante de drogas.
- b) defender a liberação das drogas.
- c) demonstrar que a superpopulação carcerária é a pior consequência da criminalização do tráfico de drogas.
- d) destacar a importância de políticas públicas na prevenção do abuso de drogas.

**QUESTÃO 02 - Considerando o exposto pelo autor, assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) O recurso extraordinário interposto pela Defensoria Pública junto ao Supremo Tribunal Federal originou-se da condenação de um usuário de drogas a prestação de serviços.
- b) Fazer ou não uso de drogas é uma decisão do cidadão, para quem a Constituição garante o direito à intimidade e à vida privada.
- c) A pena prevista para pequenos fornecedores de droga atenta contra o princípio da proporcionalidade.
- d) O Supremo Tribunal Federal extirpará da legislação brasileira a punição para os usuários de drogas.

**QUESTÃO 03 - Diante das afirmativas abaixo, utilize a letra “V”, se estiverem conforme o texto, a letra “F”, se contrariarem o texto, e a letra “U”, se ultrapassarem o texto. Em seguida, assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:**

\_\_\_ Os problemas do sistema carcerário no Brasil são, em parte, consequência da política desastrosa relativa às drogas.

\_\_\_ Cabe ao Poder Legislativo a alteração do texto da Lei Antidrogas.

\_\_\_ Partindo de um Juiz, a advertência sobre os efeitos da droga pode mudar a conduta do usuário condenado.

\_\_\_ As condutas dos usuários de drogas não devem ser punidas.

\_\_\_ O crescimento da população carcerária no Brasil é diretamente proporcional ao aumento do uso de drogas.

- a) U – U – V – F – V.
- b) V – U – F – F – U.
- c) U – V – F – V – U.
- d) V – F – V – U – F.

**Leia com atenção o texto abaixo e responda às questões seguintes, de 04 a 06.**

*Editorial - Fonte: Folha de São Paulo (<http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2015/08/1666999-questao-de-maturidade.shtml>), publicação em 11/08/2015.*

A Câmara dos Deputados pode retomar nesta semana a votação da proposta que reduz de 18 para 16 anos a maioria penal no Brasil.

Aprovada no início de julho após manobra de Eduardo Cunha (PMDB-RJ), presidente da Casa, a iniciativa, por importar mudanças na Constituição, precisa passar por um segundo turno antes de ser encaminhada para o Senado.

Tudo leva a crer que os deputados federais pretendem confirmar a posição expressada 40 dias atrás – quando 323 deles se manifestaram a favor do endurecimento legislativo –, mas a plena vigência dessa medida não está no horizonte próximo. Felizmente.

Se obtiver o aval das duas Casas do Congresso, a proposta de emenda constitucional enfrentará a resistência da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil). O presidente do conselho federal da entidade, Marcus Vinicius Furtado Coêlho, já afirmou que questionará a norma no Supremo Tribunal Federal.

Esse expediente, no entanto, talvez nem seja necessário. Ainda em meados de julho, o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), indicou que atuará contra a diminuição da idade penal. "Eu não defendo a redução da maioria. O mundo caminha na direção contrária", declarou.

Entre os senadores parece prevalecer esse entendimento, o qual não se confunde com omissão diante da sensação de insegurança que aflige a população. Com efeito, no mesmo intuito de dar atenção aos casos de adolescentes envolvidos em atrocidades, o Senado aprovou um projeto de lei bem mais adequado que a PEC da Câmara.

Trata-se, em linhas gerais, de modificar o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) a fim de permitir que o menor infrator permaneça afastado da sociedade por até dez anos, desde que tenha "praticado, mediante violência ou grave ameaça, conduta descrita na legislação como crime hediondo ou homicídio doloso".

Como esta Folha sustenta há bastante tempo, não há por que limitar a três anos a internação máxima possível dos jovens mais violentos (como impõe a lei atual), mas tampouco faz sentido tratá-los como adultos e despejá-los no sistema prisional. Daí a criação de um regime especial para eles, balizado por critérios claros e rígidos.

Dessa forma, sem afrontar a idade penal estabelecida pela Constituição, o legislador ofereceria uma resposta mais proporcional à selvageria de alguns episódios.

Talvez seja em vão, mas não custa torcer para que os deputados tenham maturidade para entender que o projeto do Senado é melhor do que aquele gestado na Câmara.

**QUESTÃO 04 - Observa-se no editorial da Folha de São Paulo:**

- a) posição favorável à proposta de redução da idade penal em caso de crimes hediondos cometidos por menores de 18 anos.
- b) crítica à tendência da Câmara dos Deputados para aprovar a proposta de emenda constitucional que reduz a maioria penal no Brasil.
- c) defesa da não penalização do menor infrator.
- d) responsabilização do Poder Legislativo pela omissão diante da situação de insegurança da população brasileira.

**QUESTÃO 05 - Conforme o texto, a crescente violência cometida por menores de 18 anos:**

- a) decorre da omissão dos poderes públicos.
- b) comprova a ineficácia do Estatuto da Criança e do Adolescente.
- c) não deve ser combatida com a redução da maioria penal, mas com a criação de um regime especial.
- d) é um grave problema social que terá uma solução com a aprovação da proposta de emenda constitucional pelas duas Casas do Congresso.

**QUESTÃO 06 - Diante das afirmativas abaixo, utilize a letra “V”, se estiverem conforme o texto, a letra “F”, se contrariarem o texto, e a letra “U”, se ultrapassarem o texto. Em seguida, assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:**

\_\_\_ O projeto do Senado Federal apresenta solução diferente daquele aprovado em primeiro turno pela Câmara dos Deputados, e dará solução definitiva à questão da violência cometida por menores de 18 anos.

\_\_\_ Alteração do Estatuto da Criança e do Adolescente é melhor alternativa que a redução da maioria penal.

\_\_\_ No caso de crimes hediondos, a legislação penal em vigor deve aplicar-se aos menores infratores.

\_\_\_ A ampliação do prazo de internação previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente apresenta-se como alternativa mais adequada ao problema da violência infantil.

\_\_\_ A Ordem dos Advogados do Brasil pretende questionar no Supremo Tribunal Federal eventual modificação no Estatuto da Criança e do Adolescente.

- a) U – V – F – V – U.
- b) V – U – V – F – V.
- c) V – V – F – V – U.
- d) U – U – V – F – V.

**QUESTÃO 07 - Assinale a alternativa em que a frase se apresenta gramaticalmente INCORRETA:**

- a) Aplicam-se a essa conduta as sanções previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal.
- b) Serão responsabilizados todos os que infringirem a lei.
- c) Remeta-se à Defensoria os autos do processo criminal.
- d) Determino que essas decisões sejam submetidas a reexame.

**QUESTÃO 08 - Assinale a alternativa em que a frase se apresenta gramaticalmente INCORRETA:**

- a) Seguem os processos com vista à Presidência.
- b) Aspira-se à quebra de recordes.
- c) Assiste-se a uma série de eventos desastrosos.
- d) Em que pese os protestos populares, a Presidente autorizou o aumento da tarifa de energia elétrica.

**QUESTÃO 09 - Assinale a alternativa em que a frase se apresenta gramaticalmente INCORRETA:**

- a) As denúncias deverão de ser averiguadas.
- b) Havia muitos anos que não o víamos.
- c) É incrível que hajam tantas irregularidades.
- d) Hão de ser atendidas as reivindicações dos movimentos sociais.

**QUESTÃO 10 - Nas opções abaixo, as palavras ou expressões guardam uma relação de sinonímia, exceto:**

- a) dessarte = assim sendo
- b) outrossim = de outra forma
- c) doravante = de agora em diante
- d) não obstante = apesar de

**QUESTÃO 11 - Assinale a alternativa em que se verifica erro de ortografia:**

- a) uniformizar – padronizar – analisar
- b) excessivo – exceção – execução
- c) exaurir – exalar – exarar
- d) êxito – hesitar – desumano

**QUESTÃO 12 - Assinale a alternativa em que a frase se apresenta gramaticalmente INCORRETA:**

- a) Não seja inconveniente, aguarde a sua vez.
- b) Não sei a quantas anda o processo.
- c) Haja o que houver, o apoiaremos.
- d) Hão de vencer, não obstante os obstáculos.

**QUESTÃO 13 - Assinale a alternativa em que a frase se apresenta gramaticalmente INCORRETA:**

- a) As cópias anexas devem ser juntadas ao processo.
- b) Envio-lhe, em anexo, a tabela da Corregedoria.
- c) Encaminho-lhe, anexos, os processos a serem arquivados.
- d) Segue, anexo, os documentos exigidos para a inscrição no concurso.

**QUESTÃO 14 - Assinale a alternativa em que a pontuação foi utilizada CORRETAMENTE:**

- a) Não pouparemos aos transgressores, as sanções previstas em lei.
- b) Os auditores e os procuradores, serão, doravante, selecionados por meio de concurso público.
- c) As pesquisas mostram que está em queda, o índice de aprovação do governo Dilma.
- d) O fundamento da decisão é este: as provas não foram suficientes.

**QUESTÃO 15 - Assinale a opção em que a crase foi utilizada INCORRETAMENTE:**

- a) Deu àquela ocorrência enorme importância.
- b) A operação foi feita às escondidas.
- c) Negou à ela qualquer ajuda.
- d) Prestou àqueles que o procuraram todas as informações.

**SENTENÇA CÍVEL**

**QUESTÃO 16 - No que tange à inobservância do princípio da congruência, relacione os tipos de sentença aos respectivos conceitos e assinale a alternativa CORRETA:**

- 1- É aquela que decide a respeito de algo que não foi pedido pelas partes.
  - 2- É aquela que decide a respeito de algo que vai além do pedido feito pelas partes.
  - 3- É aquela que não examina algo que deveria ter sido examinado.
- 
- a) 1- sentença *extra petita*; 2- sentença *ultra petita*; 3- sentença *citra petita*.
  - b) 1- sentença *ultra petita*; 2- sentença *extra petita*; 3- sentença *citra petita*.
  - c) 1- sentença *extra petita*; 2- sentença *citra petita*; 3- sentença *ultra petita*.
  - d) 1- sentença *ultra petita*; 2- sentença *citra petita*; 3- sentença *extra petita*.

**QUESTÃO 17 - Em relação à sentença cível e seus requisitos, à luz do disposto no Código de Processo Civil, assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) Quando o autor tiver formulado pedido certo, é vedado ao juiz proferir sentença ilíquida.
- b) É defeso ao juiz proferir sentença, a favor do autor, de natureza diversa da pedida, bem como condenar o réu em quantidade superior ou em objeto diverso do que lhe foi demandado.
- c) A sentença deve ser certa, ainda quando decida relação jurídica condicional.
- d) Nos casos de extinção do processo sem julgamento do mérito, o juiz decidirá de forma prolixa.

**QUESTÃO 18 - Sobre as questões preliminares e as questões prejudiciais de mérito, assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) A decisão da questão preliminar condiciona a apreciação da questão posterior.
- b) A decisão da questão prejudicial não influencia no teor da decisão da questão posterior.
- c) São consideradas questões preliminares tanto os pressupostos processuais quanto as condições da ação.
- d) As questões prejudiciais de mérito, decididas incidentalmente no processo, não fazem coisa julgada.

**QUESTÃO 19 - Quanto ao ônus da prova, assinale a alternativa CORRETA:**

- a) As regras de ônus da prova não estipulam quem suporta os prejuízos com a ausência da prova, mas sim determinam quem deve provar.
- b) A teoria da distribuição dinâmica do ônus da prova encontra amplo respaldo na legislação brasileira.
- c) Apesar de o ônus da prova ser regra de procedimento, a inversão do ônus da prova é regra de julgamento.
- d) O Código de Processo Civil, em seu artigo 333, adotou uma concepção rígida, inflexível e estática de ônus da prova.

**QUESTÃO 20 - Em relação à reparação por danos morais, assinale a alternativa que NÃO CORRESPONDE a um entendimento sumulado pelo Superior Tribunal de Justiça:**

- a) Caracteriza dano moral a apresentação antecipada de cheque pré-datado.
- b) A pessoa jurídica pode sofrer dano moral.
- c) Da anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito, cabe indenização por dano moral ainda que preexistente legítima inscrição.
- d) Na ação de indenização por dano moral, a condenação em montante inferior ao postulado na inicial não implica sucumbência recíproca.

**QUESTÃO 21 - De acordo com o disposto no Código de Processo Civil, constituem requisitos para concessão da antecipação dos efeitos da tutela, EXCETO:**

- a) Caução idônea.
- b) Prova inequívoca da verossimilhança das alegações.
- c) Fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação.
- d) Reversibilidade do provimento antecipado.

**QUESTÃO 22 - Quanto à intervenção de terceiros, assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) Intervenção de terceiro é o ingresso de terceiro em processo alheio, transformando-se em parte.
- b) A intervenção de terceiros tem como fins precípuos garantir a economia processual e assegurar a submissão de terceiros à decisão proferida no processo.
- c) A intervenção de terceiros pode ser espontânea ou provocada.
- d) A intervenção de terceiros pode ampliar o processo subjetivamente, agregando-lhe novo sujeito, mas não é possível que amplie o processo objetivamente, agregando-lhe novo pedido.

**QUESTÃO 23 - Sobre os critérios de fixação de correção monetária e juros a serem observados na sentença, assinale a alternativa que NÃO CORRESPONDE a um entendimento sumulado pelo Superior Tribunal de Justiça:**

- a) Incide correção monetária sobre dívida por ato ilícito a partir da data do efetivo prejuízo.
- b) Os débitos alimentares devem ser corrigidos monetariamente desde a data do ajuizamento da ação.
- c) Os juros moratórios fluem a partir do evento danoso, em caso de responsabilidade extracontratual.
- d) A correção monetária do valor da indenização do dano moral incide a partir data do arbitramento.



**QUESTÃO 24 - Em relação à liquidação de sentença assinale a alternativa CORRETA:**

- a) Nas processos sob procedimento comum sumário, que tenham por objeto o ressarcimento por danos ou a cobrança de seguro em decorrência de acidente de veículo, é defesa a sentença ilíquida, cumprindo ao juiz, se for o caso, fixar de plano, a seu prudente critério, o valor devido.
- b) Quando a determinação do valor da condenação depender apenas de cálculo aritmético, o credor deverá requerer a remessa dos autos ao contador judicial para elaboração da memória discriminada e atualizada do cálculo.
- c) Far-se-á a liquidação por arbitramento quando, para determinar o valor da condenação, houver necessidade de alegar e provar fato novo.
- d) Far-se-á a liquidação por artigos quando for necessária a elaboração de um laudo por perito nomeado pelo juiz.

**QUESTÃO 25 - Estão sujeitas ao reexame necessário (duplo grau de jurisdição obrigatório), EXCETO:**

- a) As sentenças proferidas contra a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, bem como contra suas respectivas autarquias e fundações, sempre que a condenação for superior a 60 (sessenta) salários-mínimos, e desde que não se fundem em jurisprudência do plenário do Supremo Tribunal Federal ou em súmula deste Tribunal ou do tribunal superior competente.
- b) As sentenças que julgarem procedentes, no todo ou em parte, os embargos à execução de dívida ativa da Fazenda Pública, sempre que a dívida supere 60 (sessenta) salários-mínimos, e desde que não se fundem em jurisprudência do plenário do Supremo Tribunal Federal ou em súmula deste Tribunal ou do tribunal superior competente.
- c) As sentenças denegatórias da ordem em mandado de segurança.
- d) As sentenças que concluírem pela carência ou pela improcedência da ação popular.

**SENTENÇA CRIMINAL**

**QUESTÃO 26 - Caso o juiz, no momento de proferir a sentença criminal, constate que o Ministério Público equivocou-se quanto à tipificação do fato descrito na denúncia deverá:**

- a) atribuir-lhe definição jurídica diversa, desde que, em consequência, não tenha de aplicar pena mais grave.
- b) atribuir-lhe definição jurídica diversa, ainda que, em consequência, tenha de aplicar pena mais grave.
- c) baixar os autos em diligência, determinando sua remessa ao Ministério Público para que adite a denúncia, corrigindo o equívoco.
- d) baixar os autos em diligência, abrindo-se vista à defesa para impugnar a tipificação equivocada.

**QUESTÃO 27 - O juiz deverá proferir sentença absolutória nas seguintes hipóteses, EXCETO:**

- a) Quando estiver provada a inexistência do fato.
- b) Quando não houver prova da existência do fato.
- c) Quando houver fundada dúvida sobre a existência de circunstâncias que excluam o crime ou isentem o réu de pena.
- d) Quando reconhecer a ocorrência da prescrição da pretensão punitiva estatal.

**QUESTÃO 28 - Em relação às circunstâncias judiciais previstas no artigo 59 do Código Penal, assinale a alternativa CORRETA:**

- a) A culpabilidade, enquanto circunstância judicial, equipara-se ao terceiro substrato do crime, compreendendo a imputabilidade, a potencial consciência da ilicitude e a inexigibilidade de conduta diversa.
- b) Inquéritos policiais arquivados e ações penais com sentença extintiva da punibilidade, apesar de não poderem ser considerados para fins de reincidência, configuram maus antecedentes.
- c) As circunstâncias do crime prestam-se à aferição de sua gravidade considerando-se os modos de execução.
- d) Personalidade do agente é o comportamento da pessoa no ambiente familiar, profissional e comunitário.

**QUESTÃO 29 - Sobre as atenuantes e agravantes, assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) As agravantes e atenuantes encontram-se taxativamente previstas em lei.
- b) Todas as agravantes e atenuantes devem ser consideradas pelo juiz, salvo se já constituírem elementares do tipo, qualificadoras ou causas de aumento ou diminuição de pena.
- c) Conforme entendimento sumulado do Superior Tribunal de Justiça, a incidência de circunstância atenuante não pode conduzir à redução da pena abaixo do mínimo legal.
- d) É possível o reconhecimento de agravantes pelo juiz ainda que não tenham sido suscitadas pelo Ministério Público.

**QUESTÃO 30 - No que se refere à reincidência e à confissão espontânea, assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) Constituem requisitos da confissão espontânea a judicialidade, a espontaneidade e a completude.
- b) Configura reincidência a prática de crime após condenação definitiva por contravenção penal.
- c) Configura reincidência a prática de contravenção penal após condenação definitiva por crime.
- d) Prevalece, no Superior Tribunal de Justiça, o entendimento de que é possível, na segunda fase da dosimetria da pena, a compensação da agravante da reincidência com a atenuante da confissão espontânea, por serem igualmente preponderantes.

**QUESTÃO 31 - Quanto ao concurso de crimes, assinale a alternativa CORRETA:**

- a) Verifica-se o concurso material quando o agente, mediante uma só ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não.
- b) No concurso formal, se a ação ou omissão é dolosa e os crimes concorrentes resultam de desígnios autônomos, aplica-se ao agente a mais grave das penas cabíveis ou, se iguais, apenas uma delas, aumentada, em qualquer caso, de um sexto até a metade.
- c) Na continuidade delitiva, se o resultado da exasperação da pena for mais gravoso para o sentenciado, deve-se aplicar a regra do concurso material.
- d) Na continuidade delitiva, se os crimes forem dolosos e praticados contra vítimas diferentes, com violência ou grave ameaça à pessoa, o juiz deve aplicar ao agente as penas privativas de liberdade de forma cumulativa.

**QUESTÃO 32 - Todas as alternativas seguintes espelham entendimentos, relativos à fixação do regime inicial de cumprimento de pena, que já foram sumulados pelo Superior Tribunal de Justiça ou pelo Supremo Tribunal Federal, EXCETO:**

- a) É possível a fixação do regime prisional semiaberto aos reincidentes condenados a pena igual ou inferior a 4 (quatro) anos se favoráveis as circunstâncias judiciais.
- b) Fixada a pena-base no mínimo legal, é vedado o estabelecimento de regime prisional mais gravoso do que o cabível em razão da sanção imposta, com base apenas na gravidade em concreto do delito.
- c) A opinião do julgador sobre a gravidade em abstrato do delito não constitui motivação idônea para a imposição de regime mais severo do que o previsto em lei segundo a pena aplicada.
- d) A imposição legal de regime inicial fechado nas condenações pela prática de crimes hediondos não fere o princípio da individualização da pena.

**QUESTÃO 33 - Sobre a substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos ou multa, assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) É possível a substituição da pena privativa de liberdade por restritivas e direitos ainda que a pena privativa de liberdade aplicada supere 4 (quatro) anos, desde que o crime seja culposos.
- b) É possível a substituição da pena privativa de liberdade por restritivas e direitos ainda que o réu seja reincidente em crime doloso, desde que não se trate de reincidência específica e que, em face da condenação anterior, a medida seja socialmente recomendável.
- c) Na condenação igual ou inferior a 2 (dois) anos, a substituição pode ser feita por multa ou por uma pena restritiva de direitos.
- d) A prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas é aplicável às condenações superiores a 6 (seis) meses de privação de liberdade.

**QUESTÃO 34 - São condições para a concessão do “sursis” (suspensão condicional da pena), EXCETO:**

- a) Não cabimento da substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos ou multa.
- b) Crime não cometido com violência ou grave ameaça contra a pessoa.
- c) Réu não reincidente em crime doloso.
- d) Suficiência do benefício, considerando-se a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do condenado, bem como os motivos e as circunstâncias do delito.

**QUESTÃO 35 - Quanto à intimação da sentença, assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) A intimação da sentença será feita ao defensor constituído pelo réu, caso este esteja preso.**
- b) A intimação da sentença será feita ao réu, pessoalmente, ou ao defensor por ele constituído, quando se livrar solto, ou, sendo afiançável a infração, tiver prestado fiança.
- c) A intimação da sentença será feita por edital se o réu, não tendo constituído defensor, não for encontrado, e assim certificar o oficial de justiça.
- d) No caso de intimação por edital, o prazo será de 90 (noventa) dias, se tiver sido imposta pena privativa de liberdade por tempo igual ou superior a 1 (um) ano, e de 60 (sessenta) dias, nos demais casos.

## DIREITO CONSTITUCIONAL

**QUESTÃO 36 - Considerando os princípios fundamentais da Constituição Federal, a “prevalência dos direitos humanos” e a “solução pacífica dos conflitos” são dois dentre os:**

- a) fundamentos da República Federativa do Brasil.
- b) objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.
- c) princípios que regem a República Federativa do Brasil nas suas relações internacionais.
- d) direitos e garantias fundamentais do cidadão.

**QUESTÃO 37 - “Quando na mesma pessoa ou no mesmo corpo de magistratura o Poder Legislativo está reunido ao Poder Executivo, não existe liberdade, pois pode-se temer que o mesmo monarca ou o mesmo Senado apenas estabeleçam leis tirânicas para executá-las tiranicamente. Não haverá também liberdade se o poder de julgar não estiver separado do Poder Legislativo e do Executivo. Se estivesse ligado ao Poder Legislativo, o poder sobre a vida e a liberdade dos cidadãos seria arbitrário, pois o juiz seria legislador. Se estivesse ligado ao Poder Executivo, o juiz poderia ter a força de um opressor. Tudo estaria perdido se o mesmo homem ou o mesmo corpo dos principais, ou dos nobres, ou do povo, exercesse esses três poderes: o de fazer leis, o de executar as resoluções públicas e o de julgar os crimes ou as divergências dos indivíduos” (MONTESQUIEU. O Espírito das Leis. Livro XI, Capítulo VI). No texto transcrito, o autor defende a ideia contida no princípio da:**

- a) dignidade da pessoa humana.
- b) separação dos poderes.
- c) liberdade de ir e vir.
- d) soberania do Estado.

**QUESTÃO 38 - O controle de constitucionalidade exercido por Juízes de primeira instância, tendo como finalidade principal a tutela de direitos subjetivos, pode ser classificado como:**

- a) principal e aberto.
- b) abstrato e reservado.
- c) incidental e difuso.
- d) concreto e concentrado.

**QUESTÃO 39 - No que se refere ao controle de constitucionalidade das propostas de emenda constitucional, assinale a alternativa CORRETA:**

- a) Somente parlamentar tem legitimidade para impetrar mandado de segurança contra atos incompatíveis com o processo legislativo constitucional praticados durante o trâmite da proposta de emenda constitucional.
- b) Tendendo a proposta de emenda constitucional a abolir uma cláusula pétrea, admite-se o controle jurisdicional de constitucionalidade material ainda durante a tramitação da proposta, mediante impetração de mandado de segurança por qualquer cidadão.
- c) O controle jurisdicional de constitucionalidade preventivo não é possível nas hipóteses de proposta de emenda constitucional.
- d) Sendo aprovada uma proposta de emenda constitucional, pode o parlamentar, individualmente, provocar o controle abstrato repressivo de constitucionalidade perante o Poder Judiciário.

**QUESTÃO 40 - Considerando o que dispõe o artigo 5º da Constituição da República, que disciplina os direitos e deveres individuais e coletivos, assinale a alternativa CORRETA:**

- a) A prática do racismo e as ações de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático de Direito, constituem crimes inafiançáveis e imprescritíveis.
- b) A lei considerará crimes inafiançáveis, imprescritíveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática de tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem.
- c) Em relação à instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, são assegurados a plenitude de defesa, o sigilo das votações, a soberania dos veredictos e a competência para o julgamento dos crimes dolosos e culposos contra a vida.
- d) É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, mediante censura ou licença.

**QUESTÃO 41 - A respeito dos direitos e deveres individuais e coletivos previstos na Constituição da República, assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) É assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional.
- b) A pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento.
- c) Nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido.
- d) Ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, sem ressalvas.

**QUESTÃO 42 - Quanto ao instituto do "habeas corpus", previsto no artigo 5º, LXVIII, da Constituição da República, assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) O "habeas corpus" pode ser repressivo ou preventivo.
- b) O "habeas corpus" pode ser impetrado por qualquer pessoa, em seu favor ou de outrem, bem como pelo Ministério Público.
- c) Não cabe "habeas corpus" quando já extinta a pena privativa de liberdade.
- d) O "habeas corpus" pode ser utilizado contra decisão que condena o acusado exclusivamente ao pagamento de pena de multa.

**QUESTÃO 43 - Ainda no que tange aos direitos e deveres individuais e coletivos previstos na Constituição da República, assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.
- b) O rol de direitos e garantias expressos na Constituição da República é taxativo.
- c) Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.
- d) O Brasil se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional a cuja criação tenha manifestado adesão.

**QUESTÃO 44 - Segundo a Constituição Federal, é(são) órgão(s) do Poder Judiciário:**

- a) Os Tribunais de Contas da União e dos Estados.
- b) O Conselho Nacional de Justiça.
- c) O Ministério da Justiça.
- d) O Conselho da República.

**QUESTÃO 45 - O "quinto constitucional" corresponde:**

- a) ao quorum de um quinto dos membros do Supremo Tribunal Federal, para a declaração de inconstitucionalidade das leis.
- b) à necessidade de substituição dos membros que compõem os Tribunais de Justiça dos Estados e Tribunais Regionais Federais a cada cinco anos.
- c) ao transcurso do período de um quinto da sessão legislativa para reapresentação de novo projeto de lei arquivado por inconstitucionalidade.
- d) à composição de um quinto dos cargos dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, e dos Tribunais Regionais Federais, por membros do Ministério Público e advogados, indicados pelos órgãos de representação das respectivas classes.

**DIREITO PENAL**

**QUESTÃO 46 - Dilma, imputável, inicia a prática de crime. Contudo, antes da consumação, voluntariamente, deixa de prosseguir na execução. A conduta descrita caracteriza:**

- a) arrependimento posterior.
- b) arrependimento eficaz.
- c) desistência voluntária.
- d) tentativa.

**QUESTÃO 47 - No ordenamento jurídico brasileiro, a imputabilidade penal:**

- a) exclui a ilicitude do fato criminoso pela legítima defesa ou pela falta de discernimento.
- b) equivale à exigibilidade da conduta diversa.
- c) equivale à potencial consciência da ilicitude.
- d) é a capacidade de entender o caráter ilícito do fato e de determinar-se de acordo com esse entendimento.

**QUESTÃO 48 - São espécies de penas restritivas de direito conforme o Código Penal:**

- a) perda de bens e valores, multa e prestação de serviços à comunidade.
- b) prestação pecuniária, perda de bens e valores e limitação de fim de semana.
- c) internação em casa de custódia, recolhimento domiciliar e prestação pecuniária.
- d) limitação de fim de semana, cesta básica e internação em escola agrícola.

**QUESTÃO 49 - São causas extintivas da punibilidade previstas no Código Penal:**

- a) retroatividade de lei penal que deixa de considerar o fato como criminoso, perempção e retratação do agente, nos casos em que a lei admite.
- b) morte do ofendido, anistia e perdão judicial, nos casos previstos em lei.
- c) graça, decadência e renúncia do direito de queixa, nos crimes de ação pública condicionada à representação.
- d) indulto, prescrição e perdão do ofendido, ainda que não aceito, nos crimes de ação privada.

**QUESTÃO 50 - Sobre o princípio da legalidade no Direito Penal, analise as seguintes afirmativas e assinale a alternativa CORRETA:**

- I - Norma penal em branco é aquela que necessita de um complemento normativo.
- II - Tipo penal aberto é aquele que exige complemento valorativo, dado pelo magistrado.
- III - O juiz, diante do caso concreto, pode complementar a norma penal em branco conforme seu discernimento.

- a) Todas as afirmativas são verdadeiras.
- b) Apenas as afirmativas I e II são verdadeiras.
- c) Apenas as afirmativas I e III são verdadeiras.
- d) Apenas as afirmativas II e III são verdadeiras.

**QUESTÃO 51 - No que se refere aos crimes contra o patrimônio, analise as seguintes afirmativas e assinale a alternativa CORRETA:**

- I - No roubo, a subtração da coisa é feita pelo agente, enquanto, na extorsão, o apoderamento do objeto material depende de conduta da vítima.
- II - No roubo próprio, a violência ou grave ameaça é exercida para viabilizar a subtração ou impossibilitar a resistência da vítima, enquanto, no roubo impróprio, a violência ou grave ameaça é empregada para assegurar a impunidade do crime ou a detenção da coisa para si ou para terceiro.
- III - No furto mediante fraude, a coisa é subtraída sem o consentimento da vítima que, na realidade, tem sua vigilância sobre o objeto reduzida ou eliminada pela fraude empregada pelo agente, enquanto, no estelionato, a fraude visa a induzir a vítima em erro, contribuindo espontaneamente para a obtenção da vantagem ilícita.

- a) Todas as afirmativas são verdadeiras.
- b) Apenas as afirmativas I e II são verdadeiras.
- c) Apenas as afirmativas I e III são verdadeiras.
- d) Apenas as afirmativas II e III são verdadeiras.

**QUESTÃO 52 - Acerca dos crimes contra a dignidade sexual, assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) Se o agente dá sonífero à vítima e, aproveitando-se do seu sono, com ela mantém relação sexual, pratica o crime de estupro com violência presumida.
- b) Se o agente, prevalecendo-se de sua condição de superior hierárquico ou de ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função, constrange alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, pratica o crime de assédio sexual.
- c) Se o agente tira proveito da prostituição alheia, participando diretamente de seus lucros ou fazendo-se sustentar, no todo ou em parte, por quem a exerça, pratica o crime de rufianismo.
- d) Nos crimes contra a dignidade sexual, não há mais previsão de ação penal de iniciativa privada.

**QUESTÃO 53 - Em relação aos crimes previstos no Estatuto do Desarmamento (Lei 10.826/2003), assinale a alternativa CORRETA:**

- a) Delúbio, proprietário de uma lavanderia, mantinha sob sua guarda uma arma de fogo municada, devidamente registrada, em seu local de trabalho. Nessa situação, em virtude de a posse não ser exercida em sua residência, Delúbio praticou o crime de porte ilegal de arma de fogo de uso permitido, punido com pena de reclusão.
- b) Luís Inácio manteve guardada em sua residência, até sua prisão em flagrante na presente data, uma arma de fogo de uso permitido, devidamente municada, com numeração de série suprimida. Nessa situação, Luís Inácio praticou o crime de posse irregular de arma de fogo de uso permitido, punido com pena de detenção.
- c) Eduardo, detentor de porte de arma e proprietário de arma de fogo devidamente registrada, vendeu para um adolescente de quatorze anos de idade uma arma, devidamente municada, acompanhada do seu documento de registro. Nessa situação, ao permitir que o adolescente se apoderasse da arma de fogo, Eduardo praticou o delito de omissão de cautela, previsto no Estatuto do Desarmamento, punido com pena de detenção.
- d) Aécio, policial militar, num dia de folga, sem a finalidade de praticar outro crime, efetuou disparos de arma de fogo na rua onde residia, assustando moradores e transeuntes que passavam pelo local. Nessa situação, ao crime de disparo de arma de fogo deverá incidir a causa de aumento prevista no Estatuto do Desarmamento, em virtude de sua função.

**QUESTÃO 54 - A Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006), nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, proíbe, EXCETO:**

- a) a incidência dos institutos despenalizadores previstos na Lei 9.099/1995.
- b) a substituição de pena que implique o pagamento isolado de multa.
- c) a concessão de liberdade provisória nas hipóteses de lesão corporal de natureza grave.
- d) a aplicação de penas de cesta básica ou outras de prestação pecuniária.

**QUESTÃO 55 - Considerando as disposições da Lei de Drogas (Lei 11.343/2006), assinale a alternativa CORRETA:**

- a) Na dosimetria da pena pela prática do crime de tráfico de drogas, poderá ser aplicada causa de redução de pena se o agente não se dedicar a atividades criminosas ou integrar organização criminosa, ainda que seja reincidente.
- b) Em caso de reincidência específica no crime de porte de drogas para consumo pessoal, pode o magistrado, na sentença condenatória, fixar pena de prestação de serviços à comunidade que, na hipótese de não cumprimento, poderá ser convertida em pena privativa de liberdade.
- c) O crime de porte de drogas para consumo pessoal, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, não se sujeita aos prazos prescricionais previstos no Código Penal.
- d) De acordo com entendimento do Supremo Tribunal Federal, é inviável a concessão de liberdade provisória aos acusados pela prática de tráfico de drogas.



## DIREITO CIVIL

### **QUESTÃO 56 - Salvo disposição em contrário, a lei ordinária entrará em vigor:**

- a) na data da publicação oficial, tanto no Brasil quanto no exterior, pois, para a legislação ordinária, não há *vacatio legis*.
- b) 30 (trinta) dias após a publicação oficial, no Brasil, e, no exterior, quando admitida, 2 (dois) meses após a publicação oficial.
- c) 60 (sessenta) dias após a publicação oficial, tanto no Brasil quanto no exterior.
- d) 45 (quarenta e cinco) dias após a publicação oficial, no Brasil, e, no exterior, quando admitida, 3 (três) meses após a publicação oficial.

### **QUESTÃO 57 - Quanto às pessoas naturais e jurídicas, é CORRETO afirmar que:**

- a) a existência da pessoa natural termina com a morte; presume-se esta, quanto aos ausentes, nas hipóteses em que a lei autoriza a abertura de sucessão definitiva.
- b) se duas ou mais pessoas naturais falecerem na mesma ocasião, não se podendo averiguar se algum dos comorientes precedeu aos outros, presumir-se-ão os mais velhos mortos em primeiro lugar.
- c) a declaração da morte presumida dependerá sempre da decretação anterior da ausência da pessoa natural.
- d) a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado começa com o efetivo exercício de suas atividades sociais ou empresariais.

### **QUESTÃO 58 - Sobre a impenhorabilidade do bem de família, assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) O imóvel residencial próprio do casal, ou da entidade familiar, é impenhorável e não responderá por qualquer tipo de dívida civil, comercial, fiscal, previdenciária ou de outra natureza, contraída pelos cônjuges ou pelos pais ou filhos que sejam seus proprietários e nele residam, salvo nas hipóteses previstas em lei.
- b) A impenhorabilidade do bem de família é oponível mesmo contra o titular do crédito decorrente do financiamento destinado à construção ou à aquisição do imóvel.
- c) Excluem-se da impenhorabilidade os veículos de transporte, obras de arte e adornos suntuosos.
- d) Para os efeitos de impenhorabilidade previstos em lei, considera-se residência um único imóvel utilizado pelo casal ou pela entidade familiar para moradia permanente.

### **QUESTÃO 59 - No que se refere aos atos ilícitos, assinale a alternativa CORRETA:**

- a) Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, exceto se exclusivamente moral, comete ato ilícito.
- b) A deterioração de coisa alheia, ainda que tenha sido praticada para repelir perigo iminente, é considerada ato ilícito.
- c) O ato praticado em legítima defesa é, em regra, ilícito.
- d) Comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes.

**QUESTÃO 60 - No que tange à prescrição e à decadência, é CORRETO afirmar que:**

- a) a interrupção da prescrição somente poderá ocorrer uma única vez.
- b) salvo disposição legal em contrário, aplicam-se à decadência as normas que impedem, suspendem ou interrompem a prescrição.
- c) é válida a renúncia feita pelo interessado à decadência fixada em lei, desde que o faça expressamente.
- d) prescrevem em 5 (cinco) anos as pretensões de ressarcimento de enriquecimento sem justa causa e de reparação civil.

**QUESTÃO 61 - Em relação às diversas modalidades das obrigações, analise as seguintes afirmativas e assinale a alternativa CORRETA:**

I - Incorre na obrigação de indenizar perdas e danos o devedor que recusar a prestação a ele só imposta, ou só por ele exequível.

II - Cada um dos credores solidários tem direito a exigir do devedor apenas o cumprimento da cota parte que lhe cabe na prestação.

III - A obrigação é indivisível quando a prestação tem por objeto uma coisa ou um fato não suscetíveis de divisão, por sua natureza, por motivo de ordem econômica, ou dada a razão determinante do negócio jurídico.

IV - Qualquer cláusula, condição ou obrigação adicional, estipulada entre um dos devedores solidários e o credor, poderá agravar a posição dos demais devedores, ainda que tenha sido realizada sem consentimento destes.

- a) Apenas as afirmativas I e II são verdadeiras.
- b) Apenas as afirmativas II e IV são verdadeiras.
- c) Apenas as afirmativas I e III são verdadeiras.
- d) Apenas as afirmativas III e IV são verdadeiras.

**QUESTÃO 62 - Quanto ao instituto da posse, nos termos do Código Civil, é CORRETO afirmar que:**

- a) ao possuidor de má-fé serão ressarcidas somente as benfeitorias necessárias e úteis, assistindo-lhe o direito de retenção pela importância destas.
- b) o possuidor de boa-fé tem direito à indenização pelas benfeitorias necessárias e úteis, bem como, quanto às voluptuárias, se não lhe forem pagas, a levá-las, quando o puder sem detrimento da coisa, assistindo-lhe, ainda, o direito de retenção pelo valor de todas elas (benfeitorias necessárias, úteis e voluptuárias).
- c) o possuidor de má-fé responde pela perda, ou deterioração da coisa, ainda que acidentais, salvo se provar que de igual modo se teriam dado, estando ela na posse do reivindicante.
- d) o possuidor turbado ou esbulhado não poderá manter-se ou restituir-se por sua própria força, vez que vedado pelo ordenamento jurídico o desforço imediato, como forma de evitar a promoção de justiça com as próprias mãos.

**QUESTÃO 63 - Sobre a proteção conferida pela lei à pessoa dos filhos, assinale a alternativa CORRETA:**

- a) Na guarda compartilhada, a cidade considerada base de moradia dos filhos será aquela que melhor atender aos interesses dos pais.
- b) A atribuição de guarda unilateral a um dos genitores desobriga o pai ou a mãe que não a detenha a supervisionar os interesses dos filhos.
- c) O pai ou a mãe, em cuja guarda não estejam os filhos, poderá visitá-los e tê-los em sua companhia, segundo o que acordar com o outro cônjuge, ou for fixado pelo juiz, porém não podem fiscalizar sua manutenção e educação.
- d) O direito de visita estende-se a qualquer dos avós, a critério do juiz, observados os interesses do menor.

**QUESTÃO 64 - No que diz respeito ao instituto da usucapião, assinale a alternativa CORRETA:**

- a) A usucapião é forma derivada de aquisição da propriedade.
- b) Adquire a propriedade por usucapião especial rural aquele que, não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, possua como sua, por 5 (cinco) anos ininterruptos e sem oposição, área de terra em zona rural não superior a 50 (cinquenta) hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família e tendo nela sua moradia.
- c) Adquire a propriedade por usucapião especial urbana aquele que, mesmo já sendo proprietário de outro imóvel rural ou urbano, possua como sua, por 5 (cinco) anos ininterruptos e sem oposição, área de urbana de até 250m<sup>2</sup> (duzentos e cinquenta metros quadrados), utilizando-a para sua moradia ou de sua família.
- d) Na contagem de tempo para fins de aquisição da propriedade por usucapião, não poderá o possuidor acrescentar à sua posse a dos seus antecessores, devendo demonstrar o exercício de posse própria pelo prazo especificado em lei.

**QUESTÃO 65 - Conforme estabelecido no Código Civil, a sucessão legítima defere-se na seguinte ordem:**

- a) 1º- aos descendentes, em concorrência com o cônjuge sobrevivente, salvo se casado este com o falecido no regime da comunhão universal, ou no da separação obrigatória de bens, ou se, no regime da comunhão parcial, o autor da herança não houver deixado bens particulares; 2º- aos ascendentes, em concorrência com o cônjuge sobrevivente; 3º- ao cônjuge sobrevivente; 4º- aos colaterais.
- b) 1º- aos descendentes; 2º- aos ascendentes, em concorrência com o cônjuge sobrevivente, salvo se casado este com o falecido no regime da comunhão universal, ou no da separação obrigatória de bens, ou se, no regime da comunhão parcial, o autor da herança não houver deixado bens particulares em concorrência com o cônjuge; 3º- ao cônjuge sobrevivente; 4º- aos colaterais.
- c) 1º- aos descendentes, em concorrência com o cônjuge sobrevivente, salvo se casado este com o falecido no regime da comunhão universal, ou no da separação obrigatória de bens, ou se, no regime da comunhão parcial, o autor da herança não houver deixado bens particulares; 2º- aos ascendentes, em concorrência com o cônjuge sobrevivente; 3º- aos colaterais, em concorrência com o cônjuge sobrevivente; 4º- ao cônjuge sobrevivente.
- d) 1º- aos descendentes; 2º- aos ascendentes, em concorrência com o cônjuge sobrevivente, salvo se casado este com o falecido no regime da comunhão universal, ou no da separação obrigatória de bens, ou se, no regime da comunhão parcial, o autor da herança não houver deixado bens particulares; 3º- aos colaterais, em concorrência com o cônjuge sobrevivente; 4º- ao cônjuge sobrevivente.

**DIREITO DO CONSUMIDOR**

**QUESTÃO 66 - No que se refere aos conceitos de consumidor, fornecedor, produto e serviço, assinale a alternativa CORRETA de acordo com o Código de Defesa do Consumidor:**

- a) Consumidores são todas as pessoas físicas ou jurídicas que adquirem ou utilizam produto ou serviço, sejam ou não destinatárias finais desse produto ou serviço.
- b) Fornecedores são apenas as pessoas jurídicas, sejam públicas ou privadas, sejam nacionais ou estrangeiras, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvem atividade de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços.
- c) Produto é qualquer bem, seja móvel ou imóvel, seja material ou imaterial.
- d) Serviço é qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, seja gratuitamente, seja mediante remuneração.

**QUESTÃO 67 - No que tange à responsabilidade pelo fato do produto e do serviço, é CORRETO afirmar que:**

- a) a responsabilidade do fabricante, do construtor, do produtor ou do importador pela reparação dos danos causados aos consumidores em decorrência de defeitos decorrentes de projeto, fabricação, construção, montagem, fórmulas, manipulação, apresentação ou acondicionamento de seus produtos, depende da prova do ato ilícito, do dano, do nexo causal entre um e outro, e da culpa.
- b) a responsabilidade pessoal dos profissionais liberais será apurada mediante a verificação de culpa.
- c) o fornecedor de serviços somente responderá pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços quando comprovada a existência de culpa.
- d) O fornecedor de serviços não será responsabilizado quando provar a culpa exclusiva ou a culpa concorrente do consumidor ou de terceiro.

**QUESTÃO 68 - Segundo o Código de Defesa do Consumidor, o comerciante também será responsabilizado por fato do produto nas seguintes hipóteses, EXCETO:**

- a) quando o produto for fornecido sem identificação clara do seu fabricante, produtor, construtor ou importador.
- b) quando, embora identificado o fabricante, este vier a falir ou cair em insolvência, obstaculizando o ressarcimento dos prejuízos causados aos consumidores.
- c) quando não conservar adequadamente os produtos perecíveis.
- d) quando o fabricante, o construtor, o produtor ou o importador não puderem ser identificados.

**QUESTÃO 69 - Nas hipóteses de vício de qualidade ou quantidade de um produto, não sendo ele sanado pelo fornecedor no prazo máximo de 30 (trinta) dias, poderá o consumidor exigir:**

- a) a substituição por outro produto de espécie, marca ou modelo diversos, independentemente de complementação de eventual diferença de preço.
- b) a devolução em dobro da quantia paga, sem prejuízo de eventuais perdas e danos.
- c) o abatimento proporcional do preço.
- d) qualquer uma das opções anteriores, alternativamente e à sua escolha.

**QUESTÃO 70 - Quanto aos institutos da prescrição e da decadência em matéria consumerista, assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) Prescreve em 5 (cinco) anos a pretensão de reparação de danos causados por fato do produto ou do serviço, iniciando-se a contagem do prazo a partir do conhecimento do dano e de sua autoria.
- b) O direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação caduca em 30 (trinta) dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos não duráveis, contando-se o prazo a partir da entrega efetiva do produto ou do término da execução dos serviços.
- c) O direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação caduca em 90 (noventa) dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos duráveis, contando-se o prazo a partir da entrega efetiva do produto ou do término da execução dos serviços.
- d) O direito de reclamar pelos vícios ocultos caduca em 1 (um) ano, sejam os serviços e os produtos duráveis ou não duráveis, contando-se o prazo a partir da entrega efetiva do produto ou do término da execução dos serviços.

**QUESTÃO 71 - A inversão do ônus da prova em favor do consumidor, no processo civil, ocorrerá:**

- a) sempre que houver requerimento expresso por parte do consumidor nesse sentido.
- b) sempre, ainda que não haja requerimento expresso do consumidor nesse sentido.
- c) quando, a critério do juiz, forem verossímeis suas alegações ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiência.
- d) quando, a critério do juiz, fizerem-se presentes o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora*.

**QUESTÃO 72 - Constituem práticas abusivas do fornecedor, à luz do Código de Defesa do Consumidor, EXCETO:**

- a) enviar ou entregar ao consumidor, sem solicitação prévia, qualquer produto, ou fornecer qualquer serviço.
- b) recusar a venda de bens ou a prestação de serviços, diretamente a quem se disponha a adquiri-los mediante pronto pagamento, ressalvados os casos de intermediação regulados em leis especiais.
- c) elevar sem justa causa o preço de produtos ou serviços.
- d) manter cadastros, fichas, registros e dados pessoais de consumidores sem sua autorização.

**QUESTÃO 73 - Antônio comprou um aparelho de telefone celular pela internet, recebendo o produto diretamente em seu domicílio, porém arrependeu-se do negócio. Nesse caso, Antônio poderá desistir do contrato:**

- a) num prazo máximo de 30 (trinta) dias contados de sua assinatura ou do recebimento do produto, fazendo jus à imediata restituição do valor desembolsado, corrigido monetariamente, deduzidas as despesas de postagem da mercadoria.
- b) num prazo máximo de 7 (sete) dias contados de sua assinatura ou do recebimento do produto, fazendo jus à imediata restituição do valor desembolsado, corrigido monetariamente, deduzidas as despesas de postagem da mercadoria.
- c) num prazo máximo de 30 (trinta) dias contados de sua assinatura ou do recebimento do produto, fazendo jus à imediata restituição integral dos valores desembolsados, a qualquer título, corrigidos monetariamente.
- d) num prazo máximo de 7 (sete) dias contados de sua assinatura ou do recebimento do produto, fazendo jus à imediata restituição integral dos valores desembolsados, a qualquer título, corrigidos monetariamente.

**QUESTÃO 74 - Sobre o fornecimento de produtos ou serviços que envolvam outorga de crédito ou concessão de financiamento ao consumidor, assinale a alternativa CORRETA:**

- a) Nos contratos de compra e venda de móveis ou imóveis mediante pagamento em prestações, consideram-se nulas de pleno direito as cláusulas que estabeleçam a perda total das prestações pagas em benefício do credor que, em razão do inadimplemento, pleitear a resolução do contrato e a retomada do produto alienado.
- b) Nos contratos do sistema de consórcio de produtos duráveis, havendo a resolução do contrato e a retomada do produto alienado por inadimplência, a compensação ou a restituição das parcelas quitadas far-se-á independentemente de desconto da vantagem econômica auferida com a fruição.
- c) As multas de mora decorrentes do inadimplemento de obrigações no seu termo poderão ser fixadas até o máximo de 10% (dez por cento) do valor da prestação.
- d) Deve ser assegurado ao consumidor a liquidação antecipada do débito, total ou parcialmente, mediante redução proporcional dos juros, mas preservados integralmente os demais acréscimos.

**QUESTÃO 75 - Em relação às cláusulas contratuais abusivas, analise as seguintes afirmativas e assinale a alternativa CORRETA:**

I - São nulas de pleno direito as cláusulas contratuais relativas ao fornecimento de produtos e serviços que autorizem o fornecedor a cancelar o contrato unilateralmente, sem que igual direito seja conferido ao consumidor.

II - A nulidade de uma cláusula contratual abusiva, em regra, invalida o contrato firmado entre as partes, salvo se o consumidor optar por sua preservação.

III - É facultado ao consumidor requerer ao Ministério Público que ajuíze a competente ação para ser declarada a nulidade de cláusula contratual que contrarie o disposto no Código de Defesa do Consumidor ou de qualquer forma não assegure o justo equilíbrio entre direitos e obrigações das partes.

IV - Presume-se exagerada a vantagem que se mostra excessivamente onerosa para o fornecedor, considerando-se a natureza e conteúdo do contrato, o interesse das partes e outras circunstâncias peculiares ao caso.

- a) Apenas as afirmativas I e III são verdadeiras.
- b) Apenas as afirmativas II e IV são verdadeiras.
- c) Apenas as afirmativas I e IV são verdadeiras.
- d) Apenas as afirmativas II e III são verdadeiras.